



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Maio

Nº 478

PROJETO CALHA NORTE: OS MILITARES E A QUESTÃO DA "SEGURANÇA" DA AMAZÔNIA

Durbens Martins Nascimento

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

O objetivo é definir o Projeto Calha Norte (PCN) como política governamental pública do poder central para a Amazônia, destinado a fomentar o desenvolvimento das calhas dos rios Solimões e Amazonas para proteger a fronteira Norte, bem como combater os crimes transfronteiriços e ambientais e dissuadir as guerrilhas na fronteira da Colômbia.

Para tanto, o Estado brasileiro justifica sua presença na Amazônia menos por atuação na área de cobertura de serviços tipicamente do Estado de Bem-Estar Social com efetividade e mitigação de efeitos sociais e ambientais de seus projetos, do que na definição de limites para nos separar de outras nações ao norte do Brasil e garantir a narrativa da essencialidade das Forças Armadas na Amazônia para proteger o país ante ameaças internas e externas, sejam convencionais ou (sejam) as "novas ameaças".

Essa presença - com o objetivo de proteger a Amazônia, se revela no PCN, que privilegia uma abordagem centrada na capacidade do governo central para responder aos desafios apresentados pela necessidade de responder às pressões das Forças Armadas pela proteção da fronteira e, ao mesmo tempo, permite situar o debate na área de Defesa e Segurança nacionais, bem como salienta a presença da burocracia de defesa numa época marcada pela Bipolaridade e pela Guerra Fria, típica do século XX, mas na tradição da ocupação militar da região.



ANTECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS

Essa ocupação militar se consolida no século XX com a crise da borracha, particularmente nos anos de 1929 e 1930 quando surgem os primeiros movimentos das elites dominantes objetivando incluir a Amazônia no planejamento estatal.

Nesse contexto, a partir de 1940, motivadas pelo esforço de guerra contra o nazifascismo, aquiesceram (sic) os Acordos de Washington, os quais permitiram ao Brasil exportar aos norte-americanos, alumínio, bauxita, borracha, cobre, cristal de quartzo, estanho, níquel, tungstênio e zinco.

Posteriormente, a Constituição de 46 crava os primeiros dispositivos legais que estimularão, no pós-Guerra, a criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) - outubro de 1952; em 1953 - Plano de Valorização Econômica da Amazônia - 1955-1959; a Zona Franca de Manaus em 1957, a Sudam em 1966; e, sobretudo, os Planos de Desenvolvimento - PND's a partir da década de 1970.

No bojo dessa intervenção conservadora/modernizadora/centralizadora, a segurança interna e os conceitos de "vazio demográfico" e "vazio civilizatório" foram inventados com vistas a justificar a onda intervencionista representada pela formulação e implementação dos grandes projetos sustentados pela tecnocracia estatal e financiados por conglomerados multinacionais e maciços investimentos públicos.

As consequências perversas desse processo, alheio a tudo que se possa imaginar para o meio-ambiente e a sociedade amazônicas, foram desastrosas e incalculáveis, as quais perduram até hoje.

Neste contexto histórico, o PCN é definido como um projeto de governo e de Estado, ousado, elaborado e implantado no contexto do pensamento desenvolvimentista para a Amazônia, sob premissas de teorias geopolíticas convencionais e que possui uma característica fundamental de ter sido preservado como política pública na transição do regime militar autoritário para o regime democrático.

Por outro lado, o PCN causa perplexidade aos que acreditavam enterradas as marcas da doutrina de segurança nacional e da busca permanente pelo controle do "inimigo interno" para se transformar numa prioridade governamental, incorporando as dinâmicas social, geográfica e ambiental, na formulação e execução de sua narrativa conceitual, mostrando-se capaz de adaptação aos diferentes contextos e épocas. Essas mudanças marcantes começaram a partir de 2000.

O Estado brasileiro, ao conceber e implementar o PCN, reivindicou o **monopólio do uso legítimo da força** na investida governamental de defesa e de segurança nacionais para (a Amazônia) e na Amazônia, na conjuntura específica de revalorização da região como prioridade estratégica de defesa, sob ataque de discursos formulados por atores externos explicitamente com metas para a internacionalização da região, associado à explosão do discurso ambientalista em voga nas décadas de 1980 e 1990 do século passado.

A reestruturação do projeto no ano de 2000, numa ordem internacional marcada pelo aparecimento das novas ameaças (narcotráfico e o terrorismo), diz sobremaneira (sobre) a influência da ordem global nas medidas de sua revitalização.

Motivado pela baixa densidade demográfica na Amazônia Legal, mas com população altamente concentrada nas regiões metropolitanas de Belém e Manaus e de reduzida, ou quase nula, presença estatal no que se refere à burocracia (instalação material do Estado) em saúde e educação, o investimento estatal na área de fronteira, em particular do financiamento das ações em infraestrutura e de reformas de equipamentos urbanos nas cidades pequenas da fronteira do PCN, aponta para a viabilidade institucional e política do projeto e de seu enquadramento e permanência em regime democrático, embora em contexto societário marcado pela quase inexistência do Estado no que diz respeito a burocracias e efetividade da lei, mas com forte presença do nepotismo, do clientelismo e sem distinção clara entre a esfera pública e a esfera privada.

O PCN surgiu sob o signo da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) durante as administrações do General Ernesto Geisel (1974-1978) e do General João Baptista de Figueiredo (1979-1984), para proteger, ocupar e desenvolver a fronteira amazônica e entrou na agenda governamental no governo de José Sarney, em pleno processo de transição política do Brasil, a partir de 1985.

Outras motivações remontam ao âmbito da defesa do Estado, na medida em que:

- a ampliação das atividades políticas e militares das guerrilhas colombianas;
- o Exército de Libertação Nacional (ELN);
- as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC);
- o apoio cubano ao governo surinamês nos anos 1980;
- as consequências políticas e ideológicas da Guerrilha do Araguaia, na década de 1980;
- a intensificação da apropriação de bases territoriais do narcotráfico e do contrabando;
- os conflitos internos relacionados à extração ilegal dos minérios em terras indígenas que ameaçavam a segurança nacional;
- as preocupações históricas com a intermitente ocupação da Amazônia; e
- a existência na Escola Superior de Guerra (ESG) de uma tradição no pensamento geopolítico brasileiro de valorização das fronteiras brasileiras, formam o conjunto dos incentivos mais importantes que condicionaram os ideólogos e os gestores na administração de José Sarney, não só a propor um estudo do qual resultou o documento "Segurança e desenvolvimento", como a destinar recursos orçamentários para viabilizar sua implantação, à margem dos problemas de estrangulamento da capacidade de Investimento do Estado, naquela época à beira da ingovernabilidade.

(continua)



NOVO FORTE NA AMAZÔNIA

O PCN abrange uma área de fronteira ao norte do país e coloca a Amazônia no centro do debate sobre a defesa, considerada largamente vulnerável, razão pela qual tem sido pensada como espaço prioritário de controle.

O PCN foi planejado originalmente para cobrir a faixa de 150 km de largura (definida constitucionalmente), ao longo de 7.413 km, que corresponde a 17% do território nacional e 47,1% da porção terrestre, e que abarca 38 municípios (hoje incorpora mais 36 localizados fora da faixa), totalizando naquela época, 74 municípios situados nas calhas dos rios Negro e Solimões e seus afluentes: Içá, Japurá, Branco, Uatumã, Jatapu, Trombetas, Maicuru, Paru e Jari.

Essa área geográfica é limitada internacionalmente com as fronteiras políticas, no sentido de limite territorial, da Guiana Francesa, do Suriname, da Guiana, da Venezuela e da Colômbia.

Atualmente, o PCN abrange 44,8% do território nacional, o que corresponde a 13.938 de fronteira e cobre 20 milhões de pessoas (2022). Segundo o Ministério da Defesa, o PCN das 379 cidades atendidas em seis estados, incluída a região de integração do Pará, 167 ficam na Faixa de Fronteira.

Do ponto de vista do financiamento para garantir as ações pensadas e planejadas do PCN, uma análise cuidadosa e meticulosa dos recursos para investimentos na estrutura física e nas ações sociais e militares, revela que a fonte de recursos no documento "Segurança e desenvolvimento" (1985), é exclusivamente pública. O montante é distribuído de acordo com os projetos em cada área específica, e seus valores mudam de acordo com a ação correspondente. Para os anos entre 1986 e 1990 foram previstos US\$ 92.645 milhões. Esses recursos foram distribuídos da seguinte forma no decorrer de cinco anos: 1986 (35,1%), 1987 (40,2%), 1988 (12,4%), 1989 1990 (6,3%).

Os projetos mais importantes e que receberam atenção especial foram:

- "Incremento das Relações Bilaterais", no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- "Aumento da Presença Militar na Área", desenvolvido pelo então Ministério da Marinha, também executado pelo antigo Ministério do Exército;
- "Recuperação e Adensamento de Marcos Limítrofes", do MRE;
- "Estruturação Regional da FUNAI na Faixa de Fronteira", Ministério do Interior (MINTER);
- "Ampliação da Infraestrutura Viária"; e
- "Ampliação da oferta de Serviços Sociais Básicos".

O governo concentrou os investimentos nos dois primeiros anos, o que reflete a pressa para a ocupação burocrática da fronteira Norte. Outro aspecto que chama a atenção é a gestão administrativa afinada com o (então) Ministério do Exército.

Dentre os Projetos Especiais, o que trata das relações bilaterais obteve recursos ínfimos em relação ao conjunto dos projetos no âmbito dos (então) ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

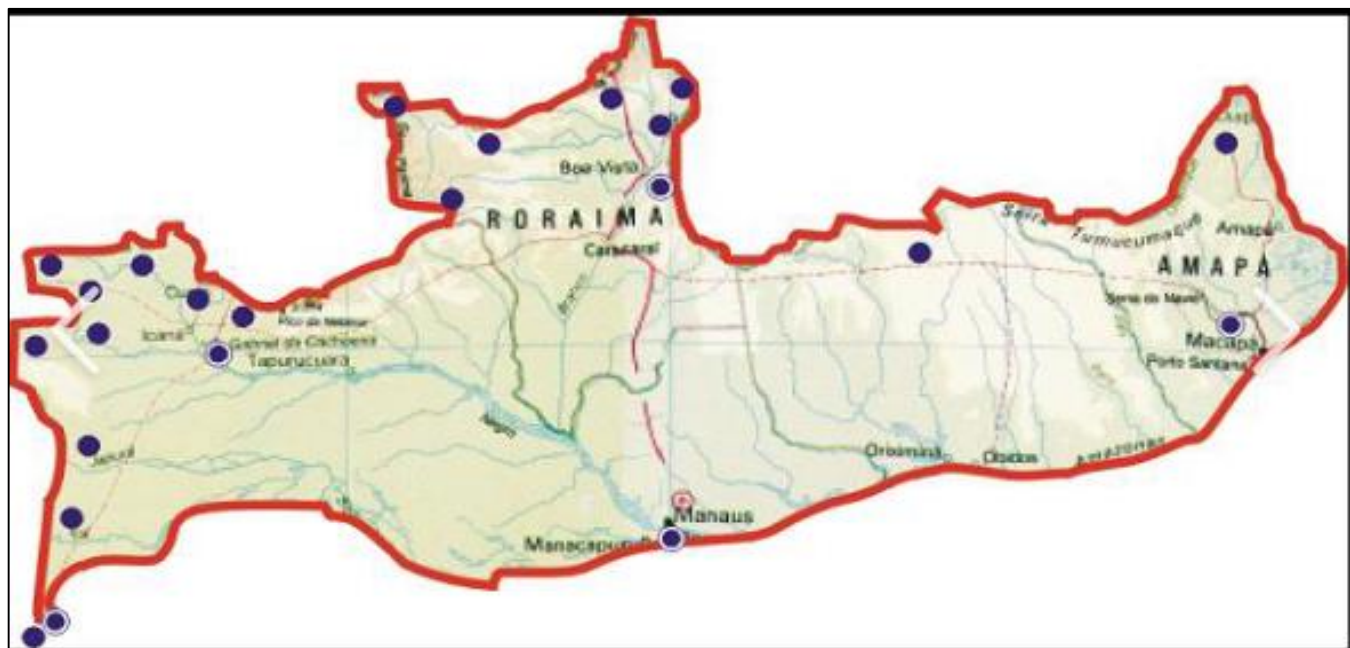
Além disso, verifica-se, por exemplo, que apenas a Secretaria do Encontro do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), sediado em Belém, recebeu um volume superior em comparação às outras atividades desenvolvidas na esfera do MRE.

A partir de 1990, quando terminou o cronograma inicial de implantação do projeto, o governo colocou prioritariamente outros temas na agenda pública para a proteção da fronteira.

Houve iniciativas para a Amazônia tanto no "Avança Brasil" quanto no "Brasil em Ação", primeiro e segundo mandatos do presidente FHC, respectivamente. Entretanto, as medidas definidas e implementadas, em torno dos eixos de desenvolvimento do governo federal, contemplavam timidamente o PCN, o que refletia a crise de financiamento do projeto àquela altura.

Acompanhando a série histórica do pagamento da dívida externa, o desempenho do PIB e o investimento no PCN, conclui-se que houve redução dos recursos públicos no projeto a partir do ano de 1991.

A dependência do PIB e do pagamento da dívida externa, conforme a série histórica disponível publicamente, como razão para o fracasso do governo em financiar o PCN, não nos parece convincente atribuir a esses fatores como causas da incapacidade do Estado de investir na defesa na Amazônia. O que levou de fato o governo a revitalizar o PCN foram as pressões externas e internamente dos militares, ainda durante o governo de FHC, bem como implantar o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), os quais traduzem o desejo do governo de responder às críticas segundo as quais o Brasil não possuía as credenciais para defender a Amazônia.



SUSTENTABILIDADE NO PCN

Certamente, até 1994, nos documentos referentes ao PCN, são raras as referências acerca da incorporação dos debates sobre a degradação ambiental na região patrocinada pelas políticas de desenvolvimento econômico dos anos 1970. Tampouco em 1985 essa discussão foi sequer mencionada, muito menos durante os primeiros anos da década de 1990.

Contudo, vê-se, que a partir do instante em que a sustentabilidade ambiental torna-se tema da agenda global, envolve atores políticos e sociais mundo afora, inclusive com intenções de governos claramente defendendo o fim da soberania brasileira sobre a região, e principalmente, como resultado da Conferência Rio-92, ganha destaque no mundo inteiro a discussão sobre a formulação de um novo paradigma de desenvolvimento social que inclua a dimensão ambiental, inexoravelmente.

Os proponentes responsáveis pelo projeto, as Forças Armadas, iniciam, ligeiramente, um processo de inclusão da questão nos seus documentos, denotando uma mudança na leitura discursiva sobre os problemas da fronteira.

Nos anos 2000, portanto, houve uma mudança na percepção dos militares em relação aos impactos ambientais provocados pelos grandes projetos na Amazônia, entre os quais se incluía o PCN. São encontrados trabalhos monográficos na ESG que versam sobre a temática da Amazônia e, particularmente, no âmbito do PCN. Nessas monografias identificam-se as Forças Armadas canalizando a pauta da necessidade de fomentar o debate sobre a insustentabilidade ambiental provocado pelo processo de intervenção estatal desde os anos 1970 na Amazônia.

Por conseguinte, buscam afinidades com a discussão incorporando os elementos de natureza ambiental na perspectiva da tomada de posição frente aos problemas demasiadamente discutidos no espaço público, no qual a Amazônia encontrava-se sob pressão internacional.

Para uma tradição que relutou em encampar as coisas que vinham da sociedade civil, o estranhamento é a reação imediata para a assimilação da questão ambiental no PCN. Contudo, novamente recorre-se ao tema das mudanças no cenário internacional - com o fim da Guerra Fria, para reafirmar como variável a defesa da sustentabilidade ambiental na forma e no conteúdo dos processos oriundos da caserna para as ações do PCN.

CONCLUSÃO

A pesar do:

- discurso anti-establishment;
- da visão do Estado com sua soberania limitada pela autonomia de instituições supranacionais com forte impacto na decisão dos agentes públicos dos Estados nacionais;
- do enfraquecimento estatal corroído pela atuação das redes da ilegalidade, isto é, de terroristas, contrabandistas, narcotraficantes; e
- do avanço da perda de legitimidade dos mecanismos de ação das instituições políticas, na Amazônia permanecem as preocupações geopolíticas do desenvolvimento a fim de ocupar e executar políticas de cunho democrático e popular para a integração da região à sociedade brasileira para além da integração meramente formal-institucional, como Indica a Constituição da República.

Mobilizar a sociedade brasileira para a centralidade da questão amazônica como solução para o projeto de nação democrática e nacional, cuja superação das desigualdades regionais implica questionar o modelo de desenvolvimento convencional ocupação e exploração da Amazônia, de fato, passa ser o desafio para os brasileiros que reconhecem as potencialidades na região e na fronteira, a exemplo do PCN.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Governo Federal. Segurança e desenvolvimento na região ao norte das dos rios Solimões e Amazonas. Projeto Calha Norte. Brasília: SG/CSN, 1985.

COSTA, Eugenio P. L. Diniz. O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

NASCIMENTO, D. M. Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. 2005.354 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento do Trópico Úmido) — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n. 36, p. 123-145, 1993.

OLIVEIRA FILHO, João P. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linha do Projeto Calha Norte. Antropologia e Indigenismo, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-22, 1990.

General Vernon Walters: gosto por subterrâneo

Frank Márcio de Oliveira – ABIN

(Notas, numeradas entre parênteses, estão no final do texto)

Vernon Walters era chamado de Mister Underground e não é difícil imaginar o porquê. A alcunha não se referia apenas às suas atividades no subterrâneo mundo da diplomacia secreta. Walters tinha também um hobby sui generis. Ele gostava de estudar e colecionar



mapas de sistemas de metrô das maiores cidades do mundo. Misturando dever e prazer, Walters costumava visitar previamente o país no qual participaria de reuniões importantes. O objetivo, ao andar de ônibus e metrô, era recordar-se de gírias e sotaques locais, além de reunir impressões das pessoas com relação a assuntos de interesse dos Estados Unidos da América. Seu gosto pelo subterrâneo era estratégico. Ele tinha outros talentos e paixões. Dono de memória prodigiosa, Walters participava de importantes encontros diplomáticos

e, sem fazer anotações, era capaz de produzir, posteriormente, relatórios longos e detalhados. Ao

se aposentar, ele se dedicou a realizar palestras e parecia gostar da habilidade de contador de histórias, de prender a atenção de uma plateia grande ou pequena (ALLEN, 2002). Outro aspecto marcante de sua vida era a religiosidade. Católico devoto, Walters comungava diariamente e não deixava de ir à missa, mesmo nas situações mais críticas (1).

Em seu funeral, em 2002, no Cemitério Nacional de Arlington, diante de um público que incluiu o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger e o primeiro homem a estar na Lua, Neil Armstrong, o arcebispo Edwin F. O'Brien chamou Walters de "centurião fervoroso", porque ele sintetizou a fé e a dedicação ao serviço público. O arcebispo disse, ainda, da especial amizade entre Walters e o papa João Paulo II (RYAN, 2002).

A característica mais marcante em sua biografia era o talento linguístico. Walters era fluente em francês, alemão, italiano, espanhol, português, holandês e russo. Seu domínio de línguas desempenhou papel decisivo em suas ações, mas, por certo, sua memória não será evocada somente por sua atuação como intérprete brilhante de personalidades como Marshall, Eisenhower, Churchill, de Gaulle, Truman e Nixon.

A paixão de Walters pelo subterrâneo acompanhou-o ao longo de sua vida e está sutilmente expressa no próprio título de sua autobiografia, *Missões Silenciosas*. Filho de um vendedor de seguros britânico, Vernon Anthony Walters nasceu na cidade de Nova York em 3 de janeiro de 1917. Provavelmente não foi coincidência o fato de o mundo que o futuro general encontrou estar em guerra. Meses depois, naquele mesmo ano, por meio de uma revolução, a Rússia adotou o regime comunista, ideologia a que Walters opôs-se ao longo da vida. Talvez também não tenha sido coincidência o fato de Walters ser o embaixador dos Estados Unidos na Alemanha, em 1989, ano em que o muro de Berlim, um dos principais símbolos do regime comunista, caiu.

Quando ele morreu, em 10 de fevereiro de 2002, o mundo enfrentava outra ameaça: o terrorismo. Quando tinha seis anos, sua família mudou-se para a Europa, onde Walters realizou toda sua educação formal. Dez anos mais tarde, de volta aos Estados Unidos, seu pai enfrentou problemas financeiros sérios, e o jovem Vernon trocou a escola por um trabalho como investigador de seguros.

Ele nunca frequentou universidade.

Em 1941, Walters alistou-se no Exército como recruta e, no ano seguinte, cursou a Escola de Oficiais, de onde saiu segundo-tenente de infantaria. Na Segunda Guerra, ele participou da Operação Tocha, o desembarque na África do Norte, ocorrido em 1942, e, dois anos depois, serviu na Itália como Oficial de Ligação entre o 5º Exército e a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Terminado o conflito, Walters foi nomeado assistente do adido militar na embaixada norte-americana no Brasil. Em 1950, ele foi designado ajudante-de-ordens de Averell Harriman, então responsável pela implementação do Plano Marshall. Em outubro daquele ano, Walters presenciou, na ilha Wake, o famoso encontro entre o Presidente Truman e o General MacArthur.

Em 1958, como intérprete do então vice-presidente Nixon, em uma visita à Venezuela, Walters teve a boca cortada quando manifestantes apedrejaram o carro em que estavam em Caracas.

Após servir como adido militar na França e na Itália, Vernon Walters foi vice-diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), no período entre 1972 e 1976. Em 1981, no governo do presidente Reagan, Walters atuou como embaixador itinerante. Finalmente, ele foi embaixador nas Nações Unidas (1985 a 1988) e na Alemanha (1989 a 1991).

O Brasil exerceu profunda influência na história de Walters (2). O oposto - a influência de Walters na história do Brasil - permanece uma questão controversa. Ele conhecia profundamente a língua, a cultura e a história do país, e dedicou três capítulos de suas memórias ao Brasil. Em 1943, Walters teve de atuar como guia de um grupo de militares portugueses e brasileiros em visita aos Estados Unidos. Ele ainda não falava português e teve de aprender o idioma em poucos dias para cumprir a missão. O chefe da delegação brasileira era o general Eurico Gaspar Dutra, que, ao fim da visita, além de condecorar Walters, convidou-o a visitar o Brasil. Para Dutra “era ridículo que alguém falasse o português sem conhecer um país onde a língua é falada” (WALTERS, 1978).

Walters acompanhou o grupo na volta ao Rio de Janeiro e visitou o país muitas vezes posteriormente. Walters escreveu em *Missões silenciosas*, p. 70: ***“Não poderia imaginar que a experiência com a comitiva portuguesa abriria caminho para a missão seguinte, desta vez com os brasileiros, com tão profunda influência em minha vida”***.

Em 1962, ele foi nomeado adido militar no Brasil. Quando chegou, um grupo de treze generais brasileiros aguardava-o para saudá-lo no aeroporto do Rio de Janeiro. Ao contrário de outros setores do país, que não lhe ofereceram uma recepção tão calorosa. O jornal *Novos Rumos* publicou longo artigo no qual afirmou que ***“o coronel Walters, o principal especialista do Pentágono em golpes militares, acabava de ser enviado ao Brasil com o único objetivo de depor o Presidente Goulart e estabelecer um regime títere dos Estados Unidos”***.



de participar...” (CONTREIRAS, 2002).

Outros tiveram visão diferente. Moniz Bandeira, historiador brasileiro, defendeu que Walters desempenhou um papel mais ativo no episódio. Para ele, Walters não apenas coordenou as atividades da CIA no País, mas participou diretamente no planejamento do golpe (BANDEIRA, 1978).

O jornal acrescentou que Walters foi o artífice das deposições do rei Farouk, do Egito, do presidente argentino Frondizi e do presidente Prado, do Peru. Seus amigos tentaram encorajá-lo. O general Mascarenhas de Moraes ofereceu-lhe um almoço de desagravo. Em seu discurso, Moraes enfatizou a contribuição que Walters ofereceu ao Brasil e concluiu: ***“Há quem queira vê-lo longe do país, mas aqueles que lutaram em Monte Castelo e Montese não concordam com isso”*** (WALTERS, 1978). Com relação à sua participação nos eventos políticos de 1964, Walters afirmou: ***“Eu era o adido militar e não tomei parte em nenhuma conspiração. Eu era uma testemunha bem informada, mas não um participante. Pessoalmente, fiquei muito preocupado com o comício do presidente João Goulart, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, com as bandeiras vermelhas... Eu era um estrangeiro e vivia no Brasil há alguns anos... Eu tinha o direito de observar, mas não***

Walters foi o autor, ainda, do livro *The Mighty and the Meek* (4), publicado em 2001, em que descreve personalidades que conheceu, mas é em um ensaio que escreveu, em 1981, que se encontra a essência do que ele pensava a respeito do subterrâneo - não aquele a que se dedicava como hobby, mas ao que se ligava profissionalmente.

O ensaio trata das assim chamadas ações encobertas, que são a tentativa de um governo influenciar eventos em outro Estado ou território sem revelar o seu envolvimento (GODSON, 1981). No ensaio, Walters defende que ***“desde a aurora da sociedade humana organizada, governos tentam influenciar os eventos em outras nações de uma forma favorável a eles. Há os que dirão que tentar influenciar eventos ou opiniões em outro país seja imoral. Mas ninguém pode negar que o primeiro dever de qualquer servidor em outro país é aumentar o número e a importância dos amigos de seu próprio país”***.

E concluiu: ***“Não podemos encarar os anos vindouros e a sempre crescente ameaça sem tal capacidade. Se o fizermos, a História pode não nos perdoar”***. Há uma cópia autografada do livro *Missões Silenciosas* na Biblioteca da Agência Brasileira de Inteligência, herdada do acervo do extinto Serviço Nacional de Informações.

No dia 11 de novembro de 1980, Mr. Underground escreveu a seguinte dedicatória em português: “À Escola Nacional de Informações, com os melhores votos de um velho Oficial de Informações ao jovem e eficiente Serviço do grande Brasil de amanhã”. E assinou: “Vernon A. Walters, tenente general (reformado), Exército dos Estados Unidos”.

Esta é uma breve visão do homem e de sua vida, de um homem singular e de uma vida dedicada ao seu país. Vernon Walters viveu sob um princípio confirmado por ele: ***“Não há limite para o que um homem pode realizar ou quão longe ele pode ir, desde que ele não se importe com quem obtenha o crédito”***.

Embora ele tivesse a habilidade de estar presente a grandes eventos e viver com personalidades de seu tempo, o “homem das línguas”, como também era chamado, sabia a hora de falar e a de manter silêncio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, Richard V. Master strategist. *National Review Online*, [S.l.], 18 fev. 2002. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2005.
- APPELBAUM, Henry R. Renaissance man. *Studies in Intelligence*, [S.l.], 2002. v. 46. Disponível em: . Acesso em: 27 set. 2005.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 497 p.
- CONTREIRAS, Hélio. Pinochet é injustiçado. *Revista Isto É On line*. São Paulo, 2000. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2005.
- ESPADA, Arcadi. A Rusia la vencimos con dinero. *Jornal Página 12 web*. Buenos Aires, 2000. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2005.w
- GODSON, Roy. Covert Action: an introduction. In: _____. *Intelligence Requirements for the 1980's: covert action*. Washington: the National Strategy Information Center, 1981. p.1-11.
- LEEDEN, Michael. Vernon Walters, R.I.P. *National Review On-line*, [S.l.], 2002. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2005.

RYAN, Dennis – Armstrong joins friend's funeral march. DC Military, [S.l.], 8 mar. 2002. Disponível em: Acesso em: 27 set. 2005.

WALTERS, Vernon A. Missões silenciosas. Tradução Heitor A. Herrera. Rio de Janeiro: Record, 1978. 574 p.

WALTERS, Vernon A. The uses of political and propaganda covert action in the 1980. In: GORDON, Roy. Intelligence requirements for the 1980's: covert action. Washington: the National Strategy Information Center, 1981. p. 113-132.

NOTAS

(1) Walters menciona em Missões silenciosas, no capítulo 8, um episódio em que ele estava servindo de intérprete ao General Marshall na Colômbia, em 1948, quando ocorreu uma série de manifestações violentas. Walters foi à missa e o padre pediu que as pessoas permanecessem ajoelhadas todo o tempo para evitarem o tiroteio que acontecia do lado de fora da igreja.

(2) Walters escreveu em Missões silenciosas, p. 70: “Não poderia imaginar que a experiência com a comitiva portuguesa abriria caminho para a missão seguinte, desta vez com os brasileiros, com tão profunda influência em minha vida.”

(3) Ibidem Capítulo 1: Brasil; Capítulo 6: A Força Expedicionária Brasileira e Capítulo 20: De Novo no Brasil.

(4) Os Poderosos e os Humildes (tradução do autor).

#####%#####%#####

EUA NÃO PARTICIPARAM DO MOVIMENTO CIVIL-MILITAR DE 1964

(É falácia da esquerda a participação dos EUA no contragolpe de 31 de março de 1964)

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

As famosas cartas do então Embaixador Lincoln Gordon não comprovam participação ou articulação dos EUA no Movimento Civil-Militar de 1964, apenas o monitoramento do cenário político, atividade normal das representações diplomáticas.

O acompanhamento de países da política de outros sempre existiu, seja de forma ostensiva ou velada. Tanto os EUA como a URSS o faziam com seus serviços de inteligência, diplomáticos e outras agências.

Alguém duvida que o Brasil também proceda assim?

O livro “A KGB e a Desinformação Soviética” de Ladislav Bittman, do Serviço de Desinformação da Tchecoslováquia, confirma que a “Operação Thomas Mann” da CIA, para derrubar governos latino-americanos, foi forjada pela KGB. Ou seja, é fake news.

A historiadora Phyllis Parker publicou o livro “1964: O Papel dos EUA no Golpe de Estado de 31 de Março”, entrevistando os principais personagens do episódio e acessando correspondência secreta, disse não ter encontrado provas da participação dos EUA no Movimento; mas que os EUA aprovavam a deposição de Jango, acompanhavam a situação e tinham um plano caso houvesse guerra civil; e que uma esquadra iniciou deslocamento dos EUA, mas não prosseguiu após o sucesso do Movimento, voltando aos EUA após atingir o Caribe (pg. 99 a 116).



O desembarque de tropas dos EUA no Brasil mudaria o quadro político-militar, pois nossas FA não aceitariam tal ingerência em problemas internos.

Como dizia meu pai (General Paulo campos Paiva): “se os gringos pusessem os pés aqui, eu me aliaria aos ‘comunas’ para expulsá-los e depois voltaria a combater os vermelhos. Quem resolve os nossos problemas somos nós”.

Eis o espírito nacionalista das FA. Ele se impôs em 1964 e no combate à luta armada quando, com apoio da sociedade e sem participação de agências estrangeiras, derrotou a luta armada que tentava deflagrar uma guerra revolucionária para implantar a ditadura socialista totalitária.

Era financiada e comandada por suas matrizes soviética, cubana e chinesa, isto é, uma Operação Condor Vermelha que a esquerda omite, mas será mostrada em outra postagem.

A URSS financiava e comandava o PCB e aliados e infiltrava a KGB em ministérios, estatais, FA, instituições científicas e educacionais e na mídia.

Os EUA apoiavam financeiramente institutos, partidos e políticos anticomunistas. Acompanhavam a situação e, com a ameaça de uma guerra revolucionária, preparavam-se para apoiar a oposição a Jango ou mesmo intervir militarmente.

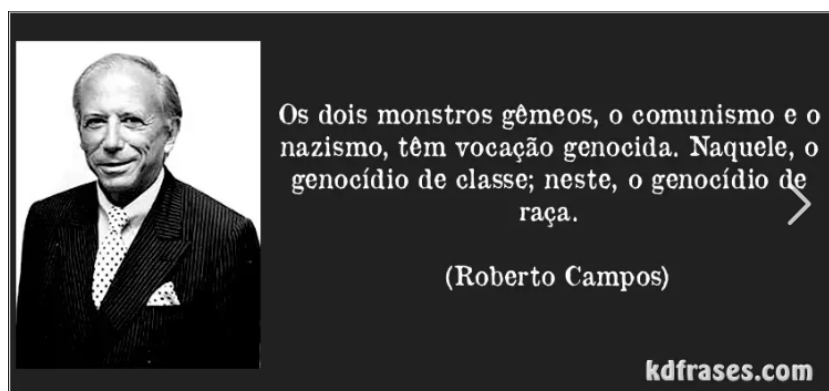


Não iriam aceitar inertes a queda do Brasil na esfera da URSS, pois, ao contrário de Cuba, seria fatal para sua liderança continental e arrastaria toda a América do Sul para o socialismo.

É hipocrisia aceitar a comprovada participação soviética, cubana e chinesa na subversão e no apoio operacional e financeiro à luta armada dos anos 1960/1970 e condenar a inexistente participação dos EUA no Movimento de 31 de março de 1964 e na vitória de nossas FA no combate à guerra revolucionária comunista que se seguiu e perdurou até 1977.

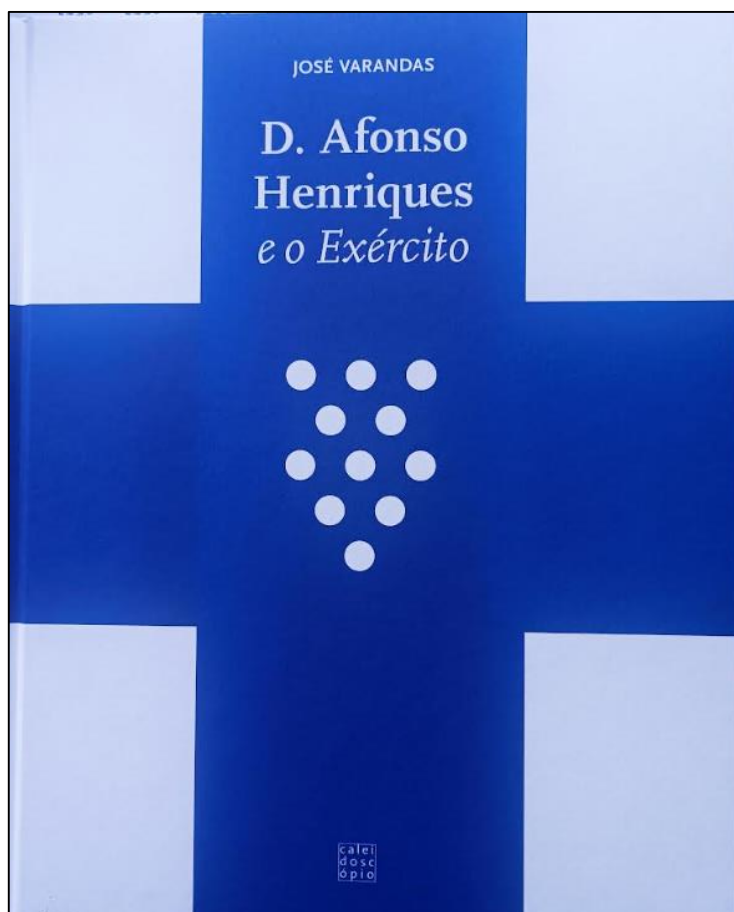
Aos patriotas redentores dos anos 1960/1970 – respeito, homenagens e gratidão sempre.

O comunismo é uma forma de monarquia totalitária onde os donos do poder se apoderam dos bens públicos, roubam os bens particulares, e distribuem ao povo a miséria” (Walmir Celso Koppe).



#####

OBRAS RECEBIDAS



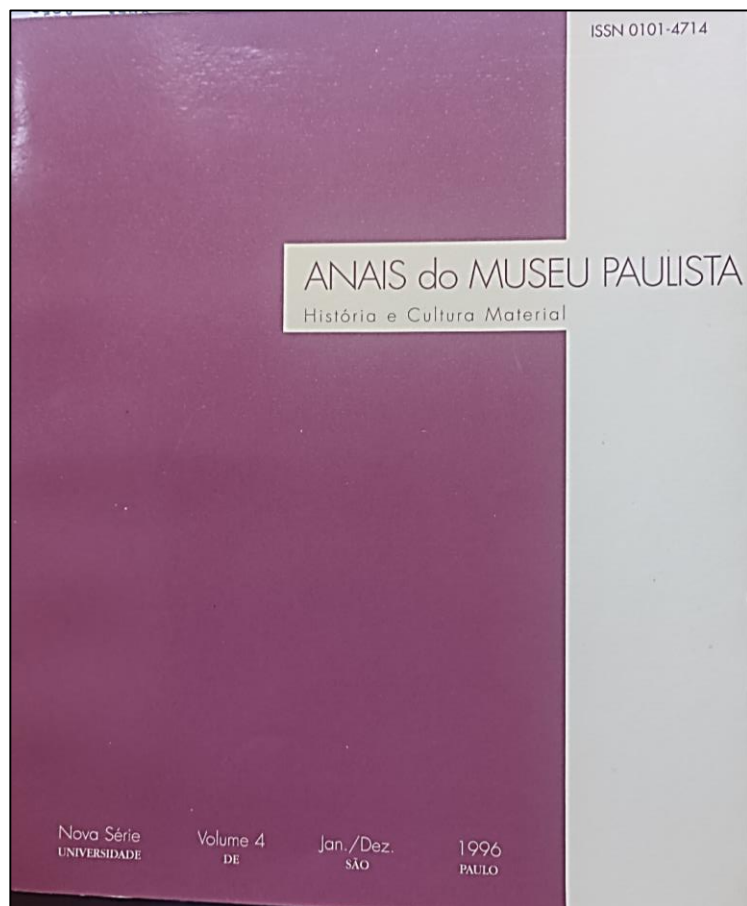
Obra recebida do Coronel de Artilharia QEMA William Henrique Bovi de Siqueira Megale, Oficial de Ligação Cultural e Doutrina do Exército Brasileiro da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro (DPHCEX) com a Direção de História e Cultura Militar do Exército Português em Lisboa.

Referência:

VARANDAS, José. D. Afonso Henriques e o Exército. Lisboa: Caleidoscópio, 2022.

O livro está à disposição dos integrantes da AHIMTB/RS.

(continua)



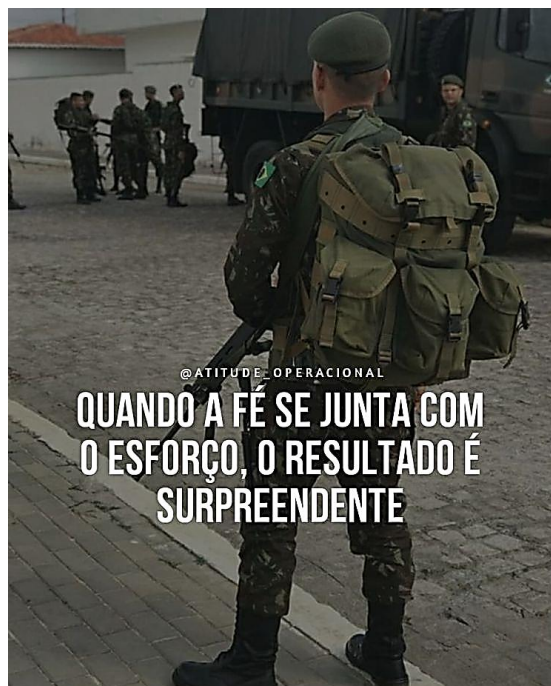
Obra recebida através do correspondente Sr. Nelson Prestes, integrante da LDN.

Referência:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Anais do Museu Paulista. São Paulo: Museu Paulista, 1996.

A obra está à disposição dos integrantes da AHIMTB/RS.

@@



Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano, Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;

Site do Núcleo Militar de Gramado/Rainha do Mar: www.nuclev.com; Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de

Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>